

INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO N.º 102/2018 CONCORRÊNCIA N.º 04/2015 EDITAL N.º 76/2015 PROCESSO N.º 9674/2015

TERMO DE CONTRATO QUE, ENTRE CELEBRAM Α PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA E A EMPRESA L23 MULTISUPRIMENTOS E SERVICOS LTDA, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE **ESPECIALIZADA EMPRESA** CONSTRUÇÃO DE **CRECHE** NO BAIRRO **ESTUFA** II. COM **FORNECIMENTO** MATERIAIS, DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA.

Pelo presente Instrumento Contratual, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNERÁRIA DE UBATUBA/SP, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.482.857/0001-96, com sede nesta cidade, à Rua Dona Maria Alves, n° 865, Centro, denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. DÉLCIO JOSÉ SATO , brasileiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 20.609.175-8 e do CPF/MF nº 110.529.178-28, e a Secretária Municipal de Educação, Sra. MARIA DE FATIMA SOUZA BARROS, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.707.739-5-SSP/SP e do CPF/MF nº 728.697.638-91, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa L23 MULTISUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, com sede na Rua Gilberto Câmara, nº 914, Bairro Ellery - Fortaleza/CE - CEP: 60.320-280, inscrita no CNPJ sob o n° 11.014.397/0001-97 representada neste ato pelo Sr. Luiz Carlos de Abreu Filho, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 25.089.477 SSP/SP e do CPF/MF n° 161.620.778-70, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA têm entre si justo e contratado, decorrente da Concorrência nº04/15, consoante o disposto no processo SC/9674/15, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, das Leis Municipais n.º 2.024/01, 2.097/01, bem como dos Decretos Municipais nos 3.362/00, 3.432/00 e 4969/09, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a execução de obra, de forma indireta, com fornecimento de material de primeira qualidade pela CONTRATADA, compreendendo a Contratação de empresa especializada para Construção de Creche no Bairro Estufa II, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, nos termos dos Anexos do Edital nº 76/15.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O objeto deste contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do artigo 10, Inciso II, letra "b" da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.

()









CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

- 3.1 Valor global estimado do presente contrato é R\$ 1.259.282,88 (um milhão duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e oito centavos), nos termos da proposta vencedora, onde estão inclusos os valores dos materiais, mão-de-obra, leis sociais, equipamentos, BDI, bem como todos e quaisquer tributos, contribuições, fretes e seguros.
- 3.2 Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria Municipal de Fazenda, através de crédito em conta corrente previamente designada pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias, após a apresentação das medições mensais, em conjunto com a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA atestada pela Secretaria Municipal de Educação e acompanhada da Nota de Empenho da PREFEITURA respeitando a ordem cronológica de pagamentos de que trata o Decreto Municipal 3362/00, ocasiões nas quais a CONTRATADA deverá comprovar a regularidade junto ao FGTS e INSS.
- **3.2.1** Constatadas quaisquer irregularidades na Nota Fiscal / Fatura, será imediatamente solicitada à **CONTRATADA** Carta de Correção, ou ainda a pertinente regularização, devendo ser atendida em 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser recontado o prazo de pagamento no caso de desatendimento.
- **3.2.2** Os pagamentos à **CONTRATADA** ou a retirada de notas de empenho serão condicionados a apresentação de:
- a) Certidão de quitação salarial, a cargo da CONTRATADA, expedida pela GRTE (Gerência Regional do Trabalho e Emprego); e
- **b)** Comprovação, de que trata a cláusula 6.2 do presente contrato, de que os trabalhos foram executados por meio de trabalhadores devidamente registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1 A **CONTRATADA** deverá entregar o objeto concluso no prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser prorrogado, nos termos dos §§ 1° e 2°, do art. 57, da Lei 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 A despesa decorrente deste contrato correrá por conta de recursos do orçamento corrente, nas seguintes classificações:

	•	OTAL GLOBAL	R\$ 1.259.282,88	
EDUCAÇÃO	531	R\$ 890.678,20	R\$ 368.604,70	R\$ 1.259.282,88
SECRETARIA	REDUZIDO	2018	2019	TOTAL

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1 A execução do contrato será diretamente fiscalizada pela Comissão de Fiscalização de Obras da PREFEITURA a qual zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA nos termos de sua proposta e demais elementos referidos nas cláusulas deste Contrato.
- 6.2 Sem prejuízo das demais obrigações concernentes à fiscalização da execução contratual, em cada medição, o servidor responsável receberá a relação de que trata a cláusula 7.11.17 e certificará no corpo da medição sua veracidade.







CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- **7.1** A CONTRATADA responsabilizar-se-á inteiramente por todo e qualquer incidente que por si, seus prepostos ou empregados, causarem, em virtude de dolo ou culpa, à PREFEITURA ou a terceiros.
- 7.2 Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a folha de pagamento dos funcionários utilizados na execução da obra, bem como quaisquer tributos incidentes.
- **7.3** A **CONTRATADA** é responsável única e exclusiva pela imperfeição, falta de solidez, ou execução em desacordo, ainda que verificados após sua aceitação pela **PREFEITURA** sendo certo que nenhum pagamento desta, isentará a **CONTRÁTADA** de tal responsabilidade.
- **7.4** A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em partes, o objeto deste Contrato em que se verifique vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução da obra ou de materiais nela empregados.
- **7.5** A **CONTRATADA** responderá por qualquer dano causado a qualquer material, aparelho ou equipamento sob sua guarda, instalado ou a instalar, por manuseio, colocação ou guarda negligentes ou incorretos, até o recebimento da obra pela **PREFEITURA**.
- **7.6** Em todas as etapas da obra, serão adotadas todas as precauções necessárias à segurança da própria obra, dos operários e de terceiros.
- 7.7 Deverão ser seguidos o memorial descritivo, o projeto, cronograma e demais especificações e nos casos omissos as normas da ABNT.
- **7.8** Sendo constatado serviços realizados de forma grosseira ou em desacordo, ainda que já medidos e pagos, serão refeitos com ônus total da **CONTRATADA**.
- **7.9** A **CONTRATADA** deverá promover o armazenamento adequado dos materiais, a fim de não ocorrerem perdas, sendo que não haverá em hipótese alguma reposição pela **PREFEITURA**.
- 7.10 A CONTRATADA sem qualquer ônus à Prefeitura, se obriga a:
- 7.11 Em até 10 (dez) dias da assinatura do Contrato, confirmar o engenheiro responsável pela obra e recoiher a taxa da ART junto ao CREA, colocando a placa de identificação no local, bem como apresentar a CND válida do INSS e comprovação de regularidade junto ao FGTS.
- **7.11.1** Promover a matrícula CEI da obra junto ao INSS no ato da assinatura do contrato, efetuando os recolhimentos das contribuições para o INSS e FGTS a favor da referida CEI, bem como elaborar folha de pagamento específica e o respectivo resumo geral; deverá ainda, a cada medição, apresentar cópia autenticada da folha de pagamento, da GFIP e da GPS relativas ao período anterior;
- **7.11.2** Destacar no documento fiscal o valor correspondente a onze por cento do valor bruto dos serviços, com o título: "Retenção para a Previdência Social";
- **7.11.3** Efetuar o pagamento de todos os impostos e taxas incidentes ou que venham a incidir sobre a execução dos serviços sob sua responsabilidade e sobre os materiais empregados.
- **7.11.4** Cumprir as Legislações Trabalhista, Previdenciária e Fundiária vigentes, responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer contribuições da previdência social, legislação trabalhista e seguros de acidentes de trabalho e contra terceiros.
- **7.11.5** Comunicar ao órgão fiscalizador qualquer erro, divergência, desvio ou omissão referente ao estipulado nas especificações ou em qualquer documento que faça parte integrante do Contrato;
- **7.11.6** Acatar as instruções e observações que emanarem do órgão fiscalizador, refazendo qualquer serviço não aceito;
- 7.11.7 Obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas federais, estaduais e municipais aplicáveis, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de suas próprias transgressões e de seus prepostos;
- **7.11.8** Manter na obra número de funcionários necessários, obedecendo as Leis Municipais 2.024/2001 e 2097/2001 e equipamentos suficientes para cumprir os prazos parciais do Cronograma Físico-Financeiro e totais fixados no Contrato;

Mp

Ē



- 7.11.9 Manter na obra engenheiro com poderes de representação legal da empresa e diariamente um mestre de obras.
- 7.11.10 Manter no local o diário da obra.
- 7.11.11 Providenciar os seguros exigidos por lei, inclusive contra acidentes de trabalho, de responsabilidade civil contra danos causados a terceiros, correndo por sua conta e risco a responsabilidade por quaisquer riscos e danos ocorridos;
- 7.11.12 Não subempreitar, sob nenhum pretexto, total ou parcialmente a obra contratada, salvo mediante autorização escrita da PREFEITURA
- 7.11.13 Levar imediatamente ao conhecimento do órgão fiscalizador qualquer ato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do Contrato, para adoção imediata das medidas cabíveis;
- 7.11.14 Fornecer aos seus empregados, os indispensáveis equipamentos de proteção individual.
- 7.11.15 Fazer a limpeza periódica e final da obra, de modo a mantê-la completamente livre de sujeira, entulhos e sobras de materiais, deverá ainda, remover entulhos produzidos pela obra dos terrenos adjacentes.
- 7.11.16 Apresentar ao servidor que medirá os serviços, relação dos trabalhadores que prestaram os serviços relacionados com o objeto deste contrato, contendo: nome, número do registro na CTPS e data do registro.
- A PREFEITURA poderá reter o pagamento das faturas, nos seguintes casos: 7.12
- Não cumprimento de obrigação da CONTRATADA para com terceiros, as quais possam de a) qualquer forma prejudicar a PREFEITURA e
- b) Débitos da CONTRATADA para com a PREFEITURA provenientes da execução deste contrato.
- Descumprimento das condições tratadas na cláusula 3.2.2. c)
- 7.13 A PREFEITURA deterá o direito de embargo da obra, ou de etapa da obra, através do órgão fiscalizador.
- 7.14 A PREFEITURA se obriga a:
- 7.14.1 Impedir que terceiros estranhos ao contrato executem os servicos;
- 7.14.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- **7.14.3** Efetuar os pagamentos nos termos da cláusula 3.2 deste contrato;
- **7.14.4** Notificar a **CONTRATADA** guando verificada alguma irregularidade;
- 7.14.5 Emitir os termos de que trata a cláusula seguinte.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

- 8.1 Quando a obra estiver inteiramente concluída, de acordo com o Projeto e especificações, será emitido o Termo de Recebimento Provisório.
- O Termo de Recebimento Definitivo da obra será lavrado em até 90 (noventa) dias após o Termo de Recebimento Provisório, se tiverem sido sanados os eventuais defeitos ou imperfeições, que venham a ser verificados em qualquer parte dos trabalhos executados, e se a CONTRATADA tiver atendido todas as exigências legais, fiscais, previdenciárias e trabalhistas referentes à obra.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1 Havendo irregularidades na execução do objeto, o presente contrato ficará sujeito à rescisão, com as penalidades de acordo com o seguinte critério:
- Pelo atraso no início da execução da obrigação: multa equivalente a 1% (um por cento) do valor do Contrato, por dia de atraso, admitindo-se no máximo 10 dias de atraso, após o que ficará caracterizada inexecução total ou parcial do objeto, conforme o caso, com multa em dobro no caso de reincidência:









- **b)** Pela inexecução parcial do objeto: multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor global do Contrato;
- c) Pela inexecução total: multa equivalente a 15% (quinze por cento) do valor global do Contrato;
- d) Qualquer outra infringência às cláusulas ou condições previstas neste Contrato: advertência escrita e multa correspondente a 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato.
- **9.1.1** As multas que forem aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados à **CONTRATADA** observado o contraditório e a ampla defesa.
- 9.2 Sem prejuízo da cominação da multa contratualmente prevista, à **CONTRATADA** poderá ser aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, pela inexecução parcial ou total do contrato, com rescisão unilateral pela Administração, ou caso incorra nas seguintes condutas:
- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- b) Não mantiver a proposta;
- c) Falhar ou fraudar na execução contratual;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- **9.2.1** A penalidade será aplicada após prévio Processo Administrativo regular que atenda o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO

- **10.1** A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
- **10.2** A rescisão do contrato poderá ser:
- a) Determinada por ato unilateral e escrito da **PREFEITURA** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações;
- **b)** Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no referido processo, desde que haja conveniência para a **PREFEITURA**
- **10.3** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- **10.4** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo SC/9674/15 assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA HABILITAÇAO

11.1 A CONTRATADA se obriga a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

12.1 A **CONTRATADA** apresentará, antes da assinatura do contrato, garantia no montante de **R\$62.964,14** (sessenta e dois mil novecentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos), correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 56 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

13.1 Ficam fazendo parte integrante deste contrato a proposta da **CONTRATADA** e o Edital nº 76/18 e seus anexos, constantes do processo n° SC/9674/15.

M





CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **14.1.** Os casos omissos serão dirimidos com base na Lei 8.666/93 e suas alterações, pelos preceitos de direito público e supletivamente pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.
- **14.2.** Fica eleito o Foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir as ações originárias deste contrato. E, assim estando justos e contratados, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, na presença de duas testemunhas, comprometendo-se por si e seus sucessores, ao seu fiel cumprimento.

Ubatuba/SP,

03 JUL 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA
DELCIO JOSÉ SALTO
Prefeito Municipal

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MARIA DE FATIMA SQUZA BARROS

L23 MULTISUPRIMENTOS È SERVIÇOS LTDA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Carla Hellen Siqueira Silva RG 48.637.116-5 Ana Paula Leite Felix RG. 40.816.182-6

